Sumário

Apresentação à 2.ª edição 7

Apresentação à 1.ª edição 11

Obras do autor 13

1. Introdução 23

2. A antevisão dos princípios constitucionais 28

2.1 A dignidade da pessoa humana como princípio regente 30

2.2 Princípio da livre formação da personalidade 31

2.2.1 Personalidade 33

2.2.2 O foco do individualismo 34

2.2.3 A alçada do ambiente 35

2.2.4 A interação dos cosmos individual e ambiental 36

3. A dignidade sexual como bem jurídico penal 39

3.1 Bem jurídico penal 39

3.2 Dignidade sexual 41

4. Dos crimes contra a liberdade sexual 45

4.1 Estupro (art. 213, CP) 45

4.1.1 Estrutura típica 45

4.1.2 Sujeitos e objetos do crime 52

4.1.2.1 Marido como sujeito ativo 53

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

4.1.2.2 Pessoa prostituída como sujeito passivo 55
4.1.3 Elemento subjetivo..... 56
4.1.4 Classificação e particularidades 58
4.1.5 Formas qualificadas 62
4.1.6 Jurisprudência atualizada 64
4.1.6.1 Estupro como crime único..... 64
4.1.6.2 Estupro como tipo cumulativo. 69
4.1.6.3 Hediondez do estupro na forma simples e com violência presumida, mesmo antes da Lei 12.015/2009..... 70
4.1.6.4 Dificuldade probatória e palavra da vítima..... 71
4.1.6.5 Erro de tipo e idade da vítima.. 79
4.1.6.6 Mantida a possibilidade de desclassificação de estupro para importunação ofensiva ao pudor 81
4.1.6.7 Nova dosimetria para o estupro praticado com mais de um ato libidinoso 81
4.1.6.8 Dissenso da vítima 82
4.1.6.9 Ruptura himenal 83
4.1.6.10 Exame de corpo de delito 83
4.1.6.11 Tentativa de estupro 85
4.2 Violação sexual mediante fraude (art. 215, CP)... 86
4.2.1 Estrutura típica 86
4.2.2 Sujeitos e objetos do crime 89
4.2.3 Elemento subjetivo..... 89
4.2.4 Classificação e particularidades 90
4.2.5 Jurisprudência atualizada..... 91

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

4.2.5.1 Diferença entre os arts. 215 e 217-A 91
4.3 Assédio sexual (art. 216-A, CP) 92
4.3.1 Estrutura típica 92
4.3.2 Sujeitos e objetos do crime 93
4.3.3 Elemento subjetivo 94
4.3.4 Classificação e particularidades 94
4.3.5 Jurisprudência atualizada 96
4.3.5.1 Relação entre professor e aluno .. 96
4.3.5.2 Exigência de ambiente hierarquizado 97

5. Dos crimes sexuais contra vulnerável 99
5.1 Estupro de vulnerável (art. 217-A, CP) 99
5.1.1 Estrutura típica 99
5.1.2 Sujeitos e objetos do crime 105
5.1.3 Elemento subjetivo 106
5.1.4 Classificação e particularidades 106
5.1.5 Jurisprudência atualizada 109
5.1.5.1 Vulnerabilidade absoluta 109
5.1.5.2 Vulnerabilidade relativa 111
5.1.5.3 Art. 217-A mais favorável em confronto com o aumento gerado pelo art. 9.º da Lei 8.072/90 114
5.1.5.4 Vulnerabilidade por embriaguez e *in dubio pro reo* 117
5.1.5.5 Prova da idade da vítima 117
5.1.5.6 Prisão cautelar 118
5.1.5.7 Dosimetria da pena e *bis in idem* 118
5.2 Indução de menor à satisfação da lascívia de outrem (art. 218, CP) 119
5.2.1 Estrutura típica 119

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5.2.2 Sujeitos e objetos do crime 121
5.2.3 Elemento subjetivo..... 122
5.2.4 Classificação e particularidades 122
5.2.5 Jurisprudência atualizada..... 123
5.2.5.1 Inexistência de corrupção de menores via relação consentida 123
5.3 Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente (art. 218-A, CP)..... 124
5.3.1 Estrutura típica 124
5.3.2 Sujeitos e objetos do crime 126
5.3.3 Elemento subjetivo..... 126
5.3.4 Classificação e particularidades 126
5.3.5 Jurisprudência atualizada..... 127
5.3.5.1 Prisão cautelar..... 127
5.3.5.2 Presença via internet 127
5.4 Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável (art. 218-B, CP) 128
5.4.1 Estrutura típica 128
5.4.2 Sujeitos e objetos do crime 135
5.4.3 Elemento subjetivo..... 136
5.4.4 Classificação e particularidades 136
5.4.5 Jurisprudência atualizada..... 137
5.4.5.1 Necessidade de existência de pagamento pela prática sexual.. 137
5.4.5.2 Incesto como fato atípico 137

6. Do lenocínio e do tráfico de pessoa para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual..... 139
6.1 Princípio da intervenção mínima e bem jurídico tutelado..... 139
6.2 Prostituição e exploração sexual 142
6.3 Mediação para servir a lascívia de outrem (art. 227, CP)..... 145

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6.3.1 Estrutura típica 145
6.3.2 Sujeitos e objetos do crime 146
6.3.3 Elemento subjetivo 147
6.3.4 Classificação e particularidades 147
6.3.5 Jurisprudência atualizada 147
6.3.5.1 Consentimento para a prática de ato libidinoso 147
6.4 Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual (art. 228, CP) 148
6.4.1 Estrutura típica 148
6.4.2 Sujeitos e objetos do crime 150
6.4.3 Elemento subjetivo 150
6.4.4 Classificação e particularidades 150
6.5 Estabelecimento em que ocorra exploração sexual (art. 229, CP) 151
6.5.1 Estrutura típica 151
6.5.2 Sujeitos e objetos do crime 152
6.5.3 Elemento subjetivo 153
6.5.4 Classificação e particularidades 153
6.5.5 Jurisprudência atualizada 154
6.5.5.1 Atipicidade por adequação social 154
6.6 Rufianismo (art. 230, CP) 155
6.6.1 Estrutura típica 155
6.6.2 Sujeitos e objetos do crime 156
6.6.3 Elemento subjetivo 156
6.6.4 Classificação e particularidades 156
6.6.5 Jurisprudência atualizada 157
6.6.5.1 Exigência de ganho direto da prostituição 157
6.7 Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual (art. 231, CP) 157

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6.7.1 Estrutura típica 157
6.7.2 Sujeitos e objetos do crime 160
6.7.3 Elemento subjetivo 160
6.7.4 Classificação e particularidades 161
6.7.5 Jurisprudência atualizada 161
6.7.5.1 Competência da Justiça Federal .. 161
6.7.5.2 Possibilidade de prisão cautelar 162
6.8 Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual (art. 231-A, CP) 162
6.8.1 Estrutura típica 162
6.8.2 Sujeitos e objetos do crime 164
6.8.3 Elemento subjetivo 165
6.8.4 Classificação e particularidades 165
6.8.5 Jurisprudência atualizada 166
6.8.5.1 Necessidade de prova da posterior prostituição 166
6.8.5.2 Fornecimento de alojamento e refeição 168
6.8.5.3 Indispensabilidade de prova segura 168

7. Do ultraje público ao pudor 169
7.1 Princípio da intervenção mínima e bem jurídico tutelado 169
7.2 Ato obsceno (art. 233, CP) 171
7.2.1 Estrutura típica 171
7.2.2 Sujeitos e objetos do crime 172
7.2.3 Elemento subjetivo 172
7.2.4 Classificação e particularidades 173
7.2.5 Jurisprudência atualizada 174
7.2.5.1 Elemento subjetivo específico como diferencial entre atentado ao pudor e ato obsceno 174
7.2.5.2 Relevância da palavra da vítima 174

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

7.2.5.3 Local exposto ao público 174
7.2.5.4 Local público 175
7.2.5.5 Inviabilidade de desclassificação de tentativa de estupro para ato obsceno 176
7.3 Escrito ou objeto obsceno (art. 234, CP) 176
7.3.1 Estrutura típica 176
7.3.2 Sujeitos e objetos do crime 177
7.3.3 Elemento subjetivo 177
7.3.4 Classificação e particularidades 178

8. Aspectos processuais penais 179
8.1 Ação penal (art. 225, CP) 179
8.1.1 Atual disposição e a Súmula 608 do STF 179
8.1.2 Aplicação da lei penal benéfica 181
8.1.3 A lacuna relativa às formas qualificadas do estupro 189
8.2 Prisão cautelar 190
8.3 Jurisprudência atualizada 192
8.3.1 Mantença da Súmula 608 192
8.3.2 Revogação da Súmula 608 193
8.3.3 Aplicação imediata da nova redação do art. 225 194

9. Causas de aumento de pena e sigilo 195
9.1 Circunstâncias legais para elevação da pena 195
9.2 Segredo de justiça 198

BIBLIOGRAFIA 201

ANEXO 205

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br